RICARDO JUOZEPAVICIUS GONÇALVES

**O conceito de esfera pública jurídica entre Jürgen Habermas e Axel
Honneth**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Samuel Rodrigues Barbosa

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

RICARDO JUOZEPAVICIUS GONÇALVES

**O conceito de esfera pública jurídica entre Jürgen Habermas e Axel
Honneth**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Prof. Dr. Samuel Rodrigues Barbosa.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Gonçalves, Ricardo Juozepavicius

O conceito de esfera pública jurídica entre Jürgen Habermas e Axel Honneth /
Ricardo Juozepavicius Gonçalves ; orientador Samuel Rodrigues Barbosa -- São
Paulo, 2017.

118 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Direito e
Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2017.

1. Teoria crítica. 2. Esfera pública. 3. Democracia deliberativa. 4.
Audiências públicas. 5. Cotas raciais. I. Barbosa, Samuel Rodrigues, orient.
II. Título.

RICARDO JUOZEPAVICIUS GONÇALVES

O conceito de esfera pública jurídica entre Jürgen Habermas e Axel Honneth

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Prof. Dr. Samuel Rodrigues Barbosa.

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.: Samuel Rodrigues Barbosa (orientador)

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à FAPESP que me concedeu bolsa para o desenvolvimento deste trabalho, o que me permitiu me dedicar exclusivamente ao mestrado, bem como por conceder uma bolsa para a realização de estágio em pesquisa na *Freie Universität Berlin* no *Lateinamerika-Institut*, período fundamental de amadurecimento desta pesquisa e, principalmente, do pesquisador.

Agradeço aos funcionários do departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito, da Biblioteca, Secretaria de Pós-Graduação e da Seção de Informática, todos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pelo trabalho e dedicação, fornecendo todo o suporte e a estrutura necessária à realização da pesquisa.

Agradeço também ao Núcleo de Direito e Democracia do CEBRAP pelas intensas discussões e pela oportunidade de participar de um espaço intelectual incrivelmente produtivo.

À Academia Brasileira de Direito Constitucional, pelo espaço concedido para apresentação de artigo no XII Simpósio de Direito Constitucional, em Curitiba, e ao *Center for the Study of Citizenship and Violence* da *Wayne State University*, em Detroit, pela possibilidade de participação e apresentação de artigo na *14th Conference of Citizenship and Violence*, bem como pela estadia concedida através da *Keast Lion Fund International Scholar*, eventos onde pude apresentar resumos das ideias desta pesquisa, ouvindo comentários, críticas e sugestões fundamentais para o desenvolvimento de meu mestrado até o presente texto final.

A todas essas instituições e seus integrantes os mais sinceros agradecimentos.

Ao Prof. Dr. Samuel Rodrigues Barbosa pela orientação cuidadosa em meio a tantas atividades, pela oportunidade de acompanhar suas aulas como monitor, pela paciência e disposição para aconselhar e dirimir as inúmeras dúvidas que surgiram no decorrer da elaboração do trabalho e do início de meu caminho acadêmico. Muito obrigado por todas as conversas, oportunidades e estímulos durante o mestrado.

Ao Prof. Dr. Sérgio Costa, da *Freie Universität Berlin*, pela orientação de meu estágio em pesquisa no *Lateinamerika-Institut*, e pela oportunidade de frequentar o

colóquio de pesquisa, seminários e eventos do Instituto, e também à Sra. Marcela Osses pela recepção e todo apoio em minha estadia em Berlim.

Ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Batalha da Silva e Costa, primeiramente, por suas aulas de Filosofia Jurídica na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, que mais do que uma disciplina ministrada com excelência, significou um momento essencial para o estímulo à minha visão do direito e de meus anseios profissionais, bem como por todos os anos de conselhos nos diferentes momentos em que precisei e, mais recente, pela participação e pelos comentários em minha banca de qualificação que foram fundamentais para a continuidade desta pesquisa.

À Prof. Dra. Nathalie Almeida Bressiani, que também compôs a banca de qualificação e cujas críticas, sugestões e também seus trabalhos escritos, foram definitivas para uma melhor elaboração desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Rúrion Soares Melo e Prof. Dr. Luiz Repa, pelas disciplinas ministradas no ano de 2015, as quais pude acompanhar e que muito auxiliaram em minha formação e também no desenvolvimento da pesquisa.

Ao Prof. Amilton Bueno de Carvalho, Prof. Dr. José Rodrigo Rodriguez e ao Prof. Dr. Fernando Costa Mattos, os quais, mesmo à distância, procurei acompanhar suas atividades e produções, sempre me motivando com suas falas em encontros, suas ideias e seus escritos inspiradores.

Ao Prof. Dr. Marcelo Koch Vaz Doppenschmidt, orientador de minha monografia na graduação, agradeço pelo apoio inicial e pela orientação fundamental naquele momento para as descobertas do universo acadêmico e da pesquisa filosófica e em direito.

A todos esses profissionais, pesquisadores, docentes e acadêmicos, do direito, filosofia, sociologia e das ciências políticas, eu agradeço pelos exemplos de dedicação e paixão à profissão, agradeço por me motivarem a cada palavra falada ou escrita, por cada gesto, demonstrando a importância, os encantos, e também as dificuldades da atividade de docência e pesquisa.

Agradeço a todos os meus amigos e amigas pela paciência, suporte e pelo companheirismo de sempre, e também a todos e todas que leram, corrigiram e acompanharam o processo de elaboração deste trabalho, seja revisando, questionando ou simplesmente me ouvindo quando precisei falar.

Aos amigos da vida, Bruno Bezerra, Cauê Gomes, Danilo Massuela, Filipe Priolli e Thyago Santos, por mais de uma década de amizade e convivência, dividindo alegrias e tristezas, e sempre crescendo juntos, seja na proximidade ou nas distâncias que a vida já nos impôs. Agradeço pelos momentos de alegria e leveza de espírito, os caminhos tornam-se mais suportáveis assim.

Aos amigos e amigas da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Mayara Gomes, Sidney Levoratto e Vinícius Vieira, pelas conversas e discussões, sempre indignadas e críticas, sobre os caminhos do direito. Que nossa indignação, força e vontade de mudança permaneça sempre firme.

Aos amigos e amigas da pós-graduação, das monitorias de Introdução ao Estudo do Direito e das caminhadas acadêmicas, Felipe Rodolfo de Carvalho, Renata do Vale Elias, Adriane de Sanctis Brito e Luciana Terra, agradeço por todas as conversas, conselhos e por dividirem seus conhecimentos.

Por fim, um agradecimento imenso e muito especial à minha família, Vladia e Ricardo, e à minha mãe Elisabeth e ao meu pai José Ricardo, agradeço todo o apoio, todo o afeto e por sempre acreditarem em mim. Agradeço por me ensinarem a sempre fazer o melhor que está ao meu alcance em quaisquer circunstâncias, pelos exemplos de honestidade e bondade, por me proporcionarem a independência e segurança necessária para encarar e superar as dificuldades e incerteza dos caminhos da vida. Muito obrigado. Eu os vejo em meu reflexo.

E à Rafaella, por tudo, com todo o meu amor; sempre.

À memória de minha avó, Constância Juozepavicius.

Só os apaixonados contestam, protestam, procuram a transformação. As paixões não cegam; elas iluminam, utopicamente, o destino do ser apaixonado. A paixão é o alimento da liberdade. Não pode, portanto, existir pragmática da singularidade humana, sem seres apaixonados que a realizem. A paixão é o que nos diferencia dos seres inanimados, que simulam viver olhando, indiferentemente, o mundo à espera da morte. Só os seres apaixonados têm condições de procurar viver em liberdade, de procurar vencer as tiranias culturais.

Luis Alberto Warat,

Territórios desconhecidos, p. 218 (2004).

RESUMO

GONÇALVES, Ricardo Juozepavicius. **O conceito de esfera pública jurídica entre Jürgen Habermas e Axel Honneth**. 117 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O conceito de esfera pública possui grande relevância nas ciências humanas, especialmente a partir dos anos 60, com as produções de Jürgen Habermas sobre o tema, nas quais trata do conceito de esfera pública em sentido amplo, seu desenvolvimento e das mudanças teóricas que vão de encontro às suas análises sobre o direito e a democracia nos anos 90. A partir dos estudos de Habermas, buscamos reconstruir e delimitar um conceito específico de esfera pública jurídica, visando atualizá-lo através das críticas elaboradas por Axel Honneth, levando em consideração a ocorrência das lutas por reconhecimento de direitos que ocorrem no interior desse espaço através de pleitos dos mais diversos atores sociais. Essa atualização conceitual permite melhor compreender as características e o significado do recente instrumento jurídico das audiências públicas no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Nosso objetivo é demonstrar que através do conceito habermasiano de esfera pública jurídica podemos alcançar um referencial teórico que pode melhor explicar a existência de uma arena institucional com um diferente potencial democrático deliberativo no interior do Judiciário brasileiro, suas características, potenciais e bloqueios. Ao final, tratamos da análise do julgamento da constitucionalidade da política de cotas raciais para ingresso no ensino superior como forma de exemplificar a construção conceitual.

Palavras-chave: teoria crítica do direito; esfera pública jurídica; audiências públicas; democracia deliberativa; cotas raciais.

ABSTRACT

GONÇALVES, Ricardo Juozepavicius. **The concept of legal public sphere between Jürgen Habermas and Axel Honneth**. 118 p. Master in Law – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The concept of the public sphere has great relevance in the human sciences, especially since the 1960s, with the productions of Jürgen Habermas on the subject, in which he deals with the concept of the public sphere in a broad sense, its development and theoretical changes that go from his analysis of law and democracy in the 1990s. From the studies of Habermas, we aim to reconstruct and delimit a specific concept of the legal public sphere, with a view to update it through the criticisms elaborated by Axel Honneth, taking into account the occurrence of struggles for recognition of rights that happens within this space through lawsuits of the most diverse social actors. This conceptual update allows a better understanding of the characteristics and significance of the recent legal instrument of public hearings within the scope of the Supreme Court. Our objective is to demonstrate that through the Habermasian concept of the legal public sphere we can achieve a theoretical reference that can better explain the existence of an institutional arena with a different deliberative democratic potential within the Brazilian Judiciary, its characteristics, potentialities and blockages. In the end, we deal with the analysis of the judgment of the constitutionality of the policy of racial quotas for admission to higher education as a way of exemplifying conceptual construction.

Key words: critical theory of law; legal public sphere; public hearings; deliberative democracy; racial quotas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA JURÍDICA EM JÜRGEN HABERMAS E AS CRÍTICAS DE AXEL HONNETH	18
1.1 A esfera pública na teoria social de Habermas.....	18
1.2 O desenvolvimento do conceito de esfera pública e o dualismo social	21
1.3 A transição teórica em Direito e Democracia e seus reflexos	31
1.4 O conceito de esfera pública jurídica	39
1.5 As críticas de Axel Honneth e os deficit habermasianos: o conflito social e o reconhecimento na esfera pública jurídica	45
1.5.1 O deficit sociológico na teoria crítica.....	48
1.5.2 As críticas ao dualismo social	53
1.5.3 O deficit motivacional na teoria crítica	59
2 O CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA JURÍDICA ENTRE O DUALISMO SOCIAL E A TEORIA DO RECONHECIMENTO.....	65
2.1 A luta por reconhecimento de direitos em Axel Honneth	65
2.2 A disputa teórica entre Habermas e Honneth: o conceito de esfera pública jurídica entre o dualismo social e o reconhecimento.....	71
3 AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A EXPERIÊNCIA DA ADPF 186.....	79
3.1 A experiência das audiências públicas no Supremo Tribunal Federal	79
3.2 Características, dinâmica de funcionamento e objetivos das audiências públicas no Supremo Tribunal Federal.....	82
3.3 A audiência pública sobre a constitucionalidade de políticas de ação afirmativa de reserva de vagas no ensino superior da ADPF 186	89
3.3.1 – Histórico da audiência pública e da ADPF 186	89
3.3.2 – Participantes habilitados e principais argumentos.....	93
3.3.3 – Aspectos da decisão final e a influência da audiência pública na fundamentação dos votos	98
CONCLUSÃO	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

INTRODUÇÃO

O Poder Judiciário possui um vínculo tênue com a democracia, sendo tradicionalmente considerado como um espaço de pouca possibilidade de participação social e reservado apenas aos especialistas em direito, apesar de tratar muitas vezes de questões que afetam diretamente toda a sociedade. As formas jurídicas de lidar com essas questões sociais muitas vezes não conseguem dar conta de toda a complexidade de temas que possuem contextos que ultrapassam os limites da dogmática tradicional e do ordenamento jurídico.

A partir desta característica, o tema que desenvolvemos nesse trabalho será a delimitação e atualização do conceito de esfera pública jurídica em Jürgen Habermas e a disputa teórica entre este autor e Axel Honneth, reconstruindo o debate que ambos produzem no interior da tradição da teoria crítica, extraíndo o significado do conceito crítico de esfera pública jurídica e seus potenciais em dois quadros teóricos distintos. A motivação para esse estudo é que acreditamos que um entendimento delimitado do conceito de esfera pública jurídica é de grande importância para melhor diagnosticar os bloqueios e potenciais do direito moderno em atender os pleitos de grupos sociais marginalizados, bem como melhor entender a mobilização política de grupos sociais que direcionam suas demandas ao Judiciário e as possibilidades de um espaço institucional que os atenda.

A ideia segue o diagnóstico de que houve uma mudança de consciência sobre o potencial do direito e de orientação das lutas de movimentos sociais pela efetivação de seus pleitos, através de uma busca pela igualdade através do reconhecimento das diferenças de indivíduos e também de grupos, que é justamente o fator que os coloca em posição subalterna. Conforme Boaventura de Sousa Santos:

Longe de se limitarem a chorar na inércia, as vítimas deste crescente processo de diferenciação e exclusão cada vez mais reclamam, individual e coletivamente, serem ouvidas e organizam-se para resistir. Esta consciência de direitos, por sua vez, é uma consciência complexa, por um lado, compreende tanto o direito à igualdade quanto o direito à diferença (étnica, cultural, de gênero, de orientação sexual, entre outras); por outro lado, reivindica o reconhecimento não só de direitos individuais, mas também de direitos coletivos (dos camponeses sem terra, dos povos indígenas, dos afrodescendentes, das comunidades quilombolas, etc.). É essa nova consciência de direitos e a sua complexidade que torna o atual momento sócio-jurídico tão estimulante quanto exigente (Santos, 2011, p. 9).

Além dessa mudança de consciência do potencial do direito, esses atores sociais também passam gradativamente a observar o direito como uma opção efetiva de luta, utilizando suas funções, símbolos e dando novos sentidos a essas lutas conduzidas em arenas institucionais:

É possível utilizar instrumentos hegemônicos pra fins não hegemônicos sempre e quando a ambiguidade conceptual que é própria de tais instrumentos seja mobilizada por grupos sociais para dar credibilidade a concepções alternativas que aproveitem as brechas e as contradições do sistema jurídico e judiciário (Santos, 2011, p. 22).

Optamos pela análise do conceito de esfera pública jurídica partindo de Habermas, pois nele encontramos a tematização do conceito de esfera pública em sentido amplo, bem como o desenvolvimento do conceito e as mudanças teóricas que vão de encontro às suas análises sobre o direito moderno a partir dos anos 90. A ideia central é que, conforme os agentes envolvidos em lutas por direitos e em processos políticos e sociais conseguem adentrar esse espaço institucional, tendências de democratização também podem se infiltrar nas instituições, sendo que os cidadãos e cidadãs seriam capazes de colocar em movimento uma tendência de transformação da relação entre Estado e sociedade, juntamente com a ampliação dos espaços democráticos e de participação política através do Judiciário.

O que nos chama atenção para a possibilidade e a importância de delimitação do conceito de esfera pública jurídica através da produção de Habermas é que este seria um meio para a percepção e tradução jurídica de novos e urgentes problemas sociais e, ao mesmo tempo, uma forma de transmitir às instituições decisórias esses problemas diagnosticados através de um espaço jurídico “poroso” e com potencial democrático.

Diante desse objetivo, colocamos o conceito à prova, procurando responder algumas perguntas iniciais: confrontando as críticas de Honneth a Habermas, é possível conceber o conceito crítico de uma esfera pública jurídica, da forma como construímos na primeira seção? O que pode ser considerada uma esfera pública jurídica diante dessas críticas? Adotando os denominados deficit sociológico e deficit motivacional que Honneth evidencia na teoria crítica que o antecede, ainda é possível manter uma concepção de um espaço institucional jurídico com potencial deliberativo? Para além de *Crítica do poder* e avançando na obra de Honneth, esse conceito seria produtivo mesmo com as mudanças teóricas realizadas em *Luta por reconhecimento*?

A tradição de pensamento da teoria crítica é guiada pelo objetivo fundamental de ser um ponto de vista capaz de apontar e analisar os obstáculos a serem superados para que as melhores potencialidades não efetivadas presentes no existente possam se realizar, levando a investigações que nos conduzam à natureza desses potenciais, a seus bloqueios mais característicos e ao tipo de ação social que se mostra capaz de superá-los. Seu objetivo não pode se confirmar a não ser olhando para as práticas transformadoras das relações sociais atuais. As ações a serem empreendidas para a superação dos obstáculos à emancipação constituem-se em um momento da própria teoria crítica.

Além disso, a teoria crítica é marcada pela sua oposição à denominada teoria tradicional. Uma de suas características mais marcantes e inovadoras – que a diferencia da forma tradicional de pesquisa – é justamente a abertura de espaço para a união entre a investigação social empírica e o âmbito teórico das diversas áreas das ciências humanas, utilizando os diversos campos do conhecimento de forma interdisciplinar¹, para que seja possível diagnosticar os bloqueios e possibilidades emancipatórias do tempo presente, baseados nas tendências observadas e de possíveis prognósticos para o futuro.

Seguindo tais diretrizes fundamentais da teoria crítica, optamos por realizar uma investigação social empírica guiada pelos conceitos críticos que serão trabalhados. Para um melhor entendimento desta arena em si e do significado da argumentação que ocorre no espaço institucional das audiências públicas no Supremo Tribunal Federal, delimitamos na teoria social de Habermas a possibilidade de um conceito de esfera pública jurídica que pode explicar o significado dessa participação social dentro de uma instituição jurídica que abre espaço para a deliberação entre interessados nas mais diversas questões de relevante interesse social. O conceito de esfera pública jurídica aparenta ter potencial para melhor compreender um dos momentos em que um pleito social é capaz de invadir o Judiciário, bem como o potencial de influência de que esses argumentos tematizados nas audiências públicas têm para fortalecer a ligação entre as instituições e a sociedade.

Interpretando a produção de Habermas sobre o conceito de esfera pública, levando em conta suas modificações e reformulações teóricas ao longo de suas obras, buscamos extrair seus aspectos que se direcionam especificamente ao campo do direito, delimitando

¹ A interdisciplinaridade do Instituto de Pesquisa Social proposta por Horkheimer na década de 1930 cumpre a função de unir diversos campos do conhecimento para evitar uma representação científica irracional da realidade, em contraponto à teoria tradicional que “está submetida a uma ‘especialização caótica’, em que cada domínio mantém-se sob a ilusão de um monopólio da verdade. A proliferação de disciplinas científicas especializadas, explorando em detalhes seu universo social separado, sem que haja uma comunicação entre elas, impossibilita a concepção da sociedade como um todo” (Voirol, 2012, p. 84).

o conceito de esfera pública jurídica. O objetivo, portanto, desta primeira parte do trabalho, será encontrar as características do conceito de esfera pública que estão presentes nos novos mecanismos e procedimentos do direito moderno.

No Brasil, uma das formas de ampliar a legitimidade democrática do Judiciário tem sido a utilização do instrumento jurídico das audiências públicas no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Nesses procedimentos, representantes da sociedade civil envolvidos nas demandas por direitos discutidas em um processo específico, podem sustentar seus argumentos e posicionamentos sobre o caso discutido. Além da construção teórica e da reconstrução do debate entre Jürgen Habermas e Axel Honneth no interior da teoria crítica, também analisaremos este espaço de deliberação dentro da Suprema Corte brasileira, observando suas características, modos de funcionamento e potenciais democráticos para possibilitar uma maior conexão entre a instituição jurídica e os pleitos da sociedade civil dentro do modelo do Estado democrático de direito. Visamos responder como essa conexão acontece, quais são as principais características dessa “abertura”, e se os argumentos e pleitos sociais tematizados nas audiências públicas realmente podem influenciar as decisões dos Ministros e Ministras na Corte Superior.

Dirigimos nosso estudo para as características desse espaço institucional e para a experiência específica da audiência pública sobre políticas afirmativas para ingresso no ensino superior realizada em 2010, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 186), em que essa prática foi julgada constitucional por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal. Para isso, propomos analisar a argumentação utilizada na audiência pública pelos representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil que tiveram espaço e voz dentro da Corte mais alta do Poder Judiciário, levando suas experiências e este pleito específico de um grupo social até lá, visando influenciar e dar subsídios para a decisão final dos Ministros e Ministras, que também será analisada ao final deste trabalho.

Na audiência pública, ocorrida nos períodos da manhã e da tarde, nos dias 03, 04 e 05 de março de 2010, além das partes interessadas e alguns dos Ministros e Ministras do Supremo Tribunal Federal, participaram representantes de órgãos públicos, especialistas em educação, direitos humanos e sociologia, representantes de universidades públicas estaduais e federais e das diversas organizações da sociedade civil que atuam no tema das questões raciais.

O que torna essa audiência pública específica tão importante e exemplar é que nela encontramos uma luta por direitos histórica, com a discussão sobre questões estruturantes da sociedade brasileira que levaram inevitavelmente à tematização de experiências de desrespeito, argumentos de reconhecimento e redistribuição² e, principalmente, à discussão de que as desigualdades sociais no país estariam diretamente conectadas com a existência de um racismo estruturante de nossa sociedade.

Nossa análise tem o objetivo prático de melhor compreender a luta de grupos sociais pelo reconhecimento de direitos por meio do instrumento jurídico das audiências públicas no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Acreditamos que, com a delimitação e atualização do conceito crítico de esfera pública jurídica, será possível melhor entender o procedimento judicial específico das audiências públicas e da experiência específica da ADPF 186, bem como a luta dos grupos sociais envolvidos nesta demanda jurídica específica.

Objetivamos, portanto, responder essas questões para melhor compreender os procedimentos das audiências públicas que ocorrem no âmbito do Supremo Tribunal Federal, analisando o seu potencial de influência institucional, utilizando, como forma de exemplificar a construção conceitual, a audiência pública sobre cotas raciais para ingresso no ensino superior.

Com a elaboração dessa construção teórica apresentamos uma interpretação de que a luta de grupos sociais para inserir seus pleitos no Judiciário – e o papel das audiências públicas do Supremo Tribunal Federal como captadoras desses pleitos – seria uma possibilidade de aprofundar a conexão entre o direito e os problemas sociais mais urgentes. O que resultará em obter experiência prática, olhando para a realidade brasileira, sobre as lutas por direitos no âmbito das arenas públicas e quais são e como funcionam os seus potenciais de influência nestas arenas, abrindo também campo para novas pesquisas.

Portanto, a reconstrução e atualização dos conceitos críticos e, por fim, a pesquisa empírica proposta servirá para a análise dos argumentos e da participação social na audiência pública sobre cotas raciais. Utilizaremos o acórdão sobre o caso e as notas taquigráficas da audiência pública para extrair os argumentos de luta por reconhecimento de direitos que influenciaram os votos dos Ministros e Ministras e a decisão final. Após o mapeamento dos argumentos de luta por direitos utilizados na audiência pública guiados

² Tema que é objeto de intensa discussão no âmbito da teoria crítica por Jürgen Habermas e Axel Honneth e, especialmente, por Nancy Fraser.

pelos conceitos críticos estudados, buscamos delimitá-los de modo a identificar quais deles exercitaram influência direta no reconhecimento formal da política afirmativa através da comparação com o acórdão proferido.

No primeiro capítulo, iniciamos e desenvolvemos uma delimitação e atualização do significado do conceito de esfera pública jurídica na obra de Jürgen Habermas e o desenvolvimento deste em sua teoria social, demonstrando a ligação do conceito com a teoria do direito com um viés democrático e o resultado de nossa construção acerca do significado do conceito crítico de esfera pública jurídica. Após, apresentamos nossa interpretação das críticas de Axel Honneth e dos deficit habermasianos e da teoria crítica, trazendo o conflito social e sua teoria do reconhecimento para sanar os problemas teóricos que o antecedem, bem como seus reflexos na teoria da esfera pública de Habermas. No capítulo seguinte, através da teoria do reconhecimento de Axel Honneth vislumbramos a possibilidade de atualizar a concepção de esfera pública jurídica delineada a partir da teoria social habermasiana. E, no último capítulo, dirigimos nosso olhar para as experiências da audiência pública sobre políticas afirmativas para ingresso no ensino superior realizada em 2010, no âmbito da ADPF 186. Para essa análise, propomos analisar a argumentação utilizada na audiência pública pelos representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil que tiveram espaço e voz dentro da Corte mais alta do Poder Judiciário, levando suas experiências e este pleito histórico do movimento negro até lá, visando influenciar e dar subsídios para a decisão final dos Ministros e Ministras, que também será analisada ao final do trabalho.

Dessa forma, unindo as pesquisas teóricas acerca dos conceitos críticos com um estudo focado em um recente caso jurídico brasileiro, em que discutiu-se aspectos da realidade social de nosso país, buscamos colocar em movimento o objetivo fundamental da teoria crítica. Apesar de toda a construção teórica que empreendemos, o centro e a importância deste trabalho encontram-se nas sujeitos e grupos que lutam por seus direitos, ou seja, nos pleitos sociais e nos atores que tematizam suas experiências de injustiça e que buscam, da forma que têm alcance, reconectar as instituições com a realidade social, de forma a buscar uma vida mais justa e igualitária.

CONCLUSÃO

O espaço institucional das audiências públicas e o conceito de esfera pública jurídica: subsídios para uma teoria crítica do direito no Brasil contemporâneo

Os conceitos críticos de esfera pública jurídica e de luta por reconhecimento de direitos na teoria crítica foram apresentados neste trabalho orientados pelo objetivo de melhor compreender um dos momentos em que um pleito social é capaz de invadir o Judiciário, bem como qual a medida do potencial de influência de que esses argumentos tematizados em espaços jurídicos democráticos possuem para fortalecer a ligação entre as instituições e a sociedade.

Buscamos demonstrar que, a partir da construção teórica realizada entre as teorias críticas de Habermas e Honneth e de um instrumento jurídico atual explicitado através de um caso prático, analisando se há e como funciona no Judiciário um canal de influência entre grupos sociais marginalizados e o poder decisório institucional, sendo que esse novo espaço institucional deixa em aberto a possibilidade de tematização democrática de argumentos e pleitos sociais dentro de um procedimentalismo formal. Conforme afirma Marcos Nobre:

O procedimento, para Habermas, é “formal”, mas não em oposição a conteúdos determinados, de que ele seria a abstração, ou em relação aos quais ele seria “vazio”, mas o processo capaz de permitir o surgimento do maior número possível de vozes, de alternativas de ação e de formas de vida, garantindo seu direito de expressão e de participação. Ele é formal também no sentido de que o processo de deliberação política não pode ser orientado por nenhuma forma de vida determinada, por nenhum modelo concreto do que deva ser a sociedade ou os cidadãos que vivem em um Estado Democrático de Direito (Nobre, 2008, p. 34).

Nesse sentido, a deliberação é um procedimento que indica “quem” deve participar e “como”, mas não “qual” seria o preenchimento correto dos conteúdos, sobre “o que” deve ser decidido. Ou seja, os procedimentos de audiências públicas não fornecem nenhuma orientação e nem podem garantir o “conteúdo” das deliberações e como estas podem afetar as decisões (Nobre, 2008, p. 34-35). Em outras palavras, a importância central não recai apenas sobre o conteúdo deliberado, tanto no sentido do tema: cotas raciais, aborto, drogas ilícitas, saúde pública, questões ambientais e etc.; como no sentido dos tipos de argumentos que serão utilizados pelos participantes: históricos, científicos,

jurídicos e etc., o mais importante é o próprio procedimento dentro das regras do Estado democrático de direito e seu potencial de responder à altura das demandas sociais.

A deliberação que ocorre no âmbito das audiências públicas é um exemplo de formação democrática da vontade manifestando-se no interior da uma arena formal; é um exemplo de que há possibilidade de existir uma esfera pública jurídica aberta e atuante em intermediar as demandas sociais e as decisões dos centros formais; é um exemplo do mundo da vida influenciando o centro sistêmico através de conflitos sociais e da tematização dos sujeitos envolvidos nele.

Apesar de toda a construção teórica, o elemento mais importante de nosso trabalho são as pessoas que lutam por direitos, independentemente da arena que escolhem para levar suas lutas adiante. A energia social produzida por experiências de desrespeito, injustiças e desigualdades sociais, através, por exemplo, da organização de movimentos sociais em esfera públicas informais demonstra possuir potencial para alterar a realidade quando há espaço adequado para se infiltrar nos centros de decisão. Conforme Boaventura de Sousa Santos:

O direito não pode ser nem emancipatório, nem não-emancipatório, porque emancipatórios e não-emancipatórios são os movimentos, as organizações e os grupos cosmopolitas subalternos que recorrem à lei para levar as suas por diante (Santos, 2003, p. 71).

Também observamos que tais procedimentos possuem grande importância para os grupos e indivíduos socialmente marginalizados e que nunca tiveram voz nas instituições para discutir suas próprias experiências e as maneiras que creem serem as mais justas para a resolução desses problemas, visando uma mudança social efetiva, dentro do modelo do Estado democrático de direito.

Assim, ao tematizar questões relativas ao direito e essas razões não jurídicas adentram o terreno da decisão e do debate jurídico especializado, temos uma forma de tradução de demandas sociais para o judiciário; uma forma de tradução do social para o código jurídico. Os pleitos adentram a arena formal e são incorporados de acordo com os pressupostos do código do direito.

Parece que o que resta é levar o direito e os direitos à sério. E as classes populares que se tinham habituado a que a única maneira de fazer vingar os seus interesses era estar à margem do marco jurídico demoliberal, começaram a ver que, organizadamente, poderiam obter alguns resultados pela apropriação, tradução, ressignificação e utilização estratégica desta legalidade. É, a partir daí,

que os movimentos começam a utilizar o direito e os tribunais como uma arma (Santos, 2011, p. 23).

A análise dessas experiências particulares é de fundamental importância para compreender a extensão da legitimidade democrática do Poder Judiciário, não basta apenas observar o potencial emancipatório do direito ou definir princípios de justiça abstratos, é preciso observar as instituições e procedimentos existentes, com o fim de diagnosticar e melhor compreender quais práticas podem ser consideradas realmente democráticas, o que pode ser levado a efeito através de uma teoria crítica do direito. Conforme sustenta José Rodrigo Rodriguez:

A teoria crítica do direito trabalha no intervalo entre as demandas sociais por justiça e a imperfeição das instituições. A capacidade social de inventar instituições que faça diminuir este intervalo é o alimento da crítica ao direito que, como mostrou Neumann, refere-se sempre ao direito positivo. Ela consiste na reconstrução e crítica das instituições positivadas e se alimenta das demandas nascidas da sociedade, cujo ativismo é protegido conformado pela forma direito e pelos institutos que compõem os diversos setores do ordenamento jurídico. Não há crítica a partir do transcendente, tampouco externa ao funcionamento das instituições. A pretensão da crítica é institucionalizar-se para diminuir o intervalo entre as demandas por justiça e a imperfeição do direito existente, num processo incessante de reforma institucional. Até que se realize a utopia institucional de que falamos há pouco, a pauta da teoria crítica do direito estará sempre aberta (Rodriguez, 2006, p. 166).

A audiência pública poderia ser considerada como um espaço específico de fronteira entre os dois campos do social. A ideia de fronteira tem relação com a posição que o conceito de esfera pública jurídica ocuparia na divisão de Habermas entre sistema e mundo da vida, servindo como uma metáfora pra ilustrar trocas de poder entre a área social e a área especificamente jurídica. É, segundo Habermas, na fronteira entre ambos que ocorrem as lutas por emancipação, sendo também o limite de cada uma dessas esferas aquilo que está em causa na expansão patológica do sistema sobre o mundo da vida e, consequentemente, no aumento ou na diminuição da dominação. Tanto os conflitos sociais como as patologias que eles combatem se localizam, assim, entre sistema e mundo da vida.

Já para Honneth, a dinâmica da esfera pública aparece como resultado das lutas sociais causadas por razões normativas e por reivindicações de reconhecimento. As lutas sociais se desenvolvem na medida em que os indivíduos ou grupos sociais se sentem lesados nas suas expectativas de reconhecimento, sendo que a estrutura da atividade comunicativa se funda sobre um suporte normativo constituído por tais expectativas de reconhecimento.

O reconhecimento de direitos mediante o crescimento de uma esfera pública jurídica na Corte mais alta do Poder Judiciário brasileiro pode significar o início de uma mudança no desenho institucional jurídico tradicional, em que as práticas deliberativas serão utilizadas para reaproximar os problemas reais dos cidadãos e cidadãs com as instituições; ou seja, aumentar o espaço para participação social mediante as audiências públicas aparenta aumentar a “porosidade” do Judiciário para captar influxos de energias sociais.

É possível ver neste tipo de participação social uma forma mais eficaz de diminuir a distância entre a sociedade e as instituições, de integrar pleitos de grupos marginalizados no debate público, de melhor entender as aspirações sociais e melhor orientar a atividade do Judiciário para a busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABROMEIT, John (2011). **Max Horkheimer and the foundations of the Frankfurt School**. Cambridge: Cambridge UP.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max (1985). **Dialética do Esclarecimento**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar.
- ADORNO, Theodor (2009). **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar.
- AVRITZER, Leonardo (1999). Teoria Crítica e Teoria Democrática. Do diagnóstico da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 53, p. 167-188.
- AVRITZER, Leonardo.; COSTA, Sérgio (2004). Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 47, n. 4, p. 703-728.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean (1992). **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: MIT Press.
- BARBOSA, Samuel (2013). Constituição, democracia e indeterminação social do direito. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 33-46.
- BAXTER, Hugh (2011). **Habermas: the discourse theory of law and democracy**. California: Stanford University Press.
- BLOTTA, Vitor (2010) **Habermas e o Direito: da normatividade da razão à normatividade jurídica**. São Paulo: Quartier Latin.
- BRASIL (1999). **Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9868.htm. Acesso em: jun. 2017.
- BRASIL (1999a). **Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9882.htm. Acesso em: jun. 2017.
- BRASIL (2010). Supremo Tribunal Federal. **Notas taquigráficas da audiência pública. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 – Recurso Extraordinário 597.285**. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoaudienciapublicaacaoafirmativa/anexo/notas_taquigraficas_audiencia_publica.pdf. Acesso em: jun. 2017.

- BRASIL (2012). Supremo Tribunal Federal. **Acórdão ADPF 186**. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>. Acesso em: jun. 2017.
- BRASIL (2015). Supremo Tribunal Federal. **Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_Janeiro_2015-versao_eletronica.pdf. Acesso em: jun. 2017.
- BRESSIANI, Nathalie (2016). “Entre sistema e mundo da vida. Teoria social e diagnóstico de patologias sociais em Jürgen Habermas”. In: PINZANI, Alessandro; SCHMIDT, Rainer (Org.). **Um pensamento interdisciplinar**: ensaios sobre Habermas. Florianópolis: Nefiponline, p. 13-43.
- BRESSIANI, Nathalie (2015). **Crítica e Poder?** Crítica social e diagnóstico de patologias em Axel Honneth. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRESSIANI, Nathalie (2011). Introdução a “Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça” de Axel Honneth e Joel Anderson. **Cadernos de Filosofia Alemã**. Crítica e Modernidade, São Paulo, n. 17, p. 71-80.
- BRESSIANI, Nathalie (2013). “Luta por reconhecimento e diagnóstico de patologias sociais. Dois momentos da Teoria Crítica de Axel Honneth”. In: MELO, Rúrion. **A Teoria Crítica de Axel Honneth**: reconhecimento, liberdade e justiça. São Paulo: Saraiva, p. 257-292.
- CELIKATES, Robin (2008). O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e a prática da teoria crítica. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 93, p. 28-42.
- COHEN, Jean; ARATO, Andrew (1992). **Civil society and political theory**. Cambridge: MIT Press.
- COHEN, Joshua (1997). “Deliberation and Democratic Legitimacy”. In: BOHMANN, J. & REGH, W. (eds.) **Deliberative Democracy**: essays on reason and politics. Cambridge: MIT Press, p. 67-91.

- COSTA, Sérgio (2016). Freezing differences: politics, law, and the invention of cultural diversity in Latin America. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 8-32.
- COSTA, Sérgio (2006). **Dois Atlânticos**. Belo Horizonte: UFMG.
- COSTA, Sérgio (2002). A construção sociológica da raça no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 24, p. 35-61.
- COSTA, Sérgio (1994). Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimento sociais no Brasil. Uma abordagem tentativa. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 38, p. 38-52.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel (2003). **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. New York;London: Verso.
- FRASER, Nancy (2000). Rethinking recognition. **New Left Review**, n. 3, p. 107-120.
- FRASER, Nancy (1992). “Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy”. In: CALHOUN, Craig (ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge: MIT Press.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio (2012). **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio (1994). **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34.
- HABERMAS, Jürgen (2015). **A Nova Obscuridade**. São Paulo: Unesp.
- HABERMAS, Jürgen (2014). **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: Unesp.
- HABERMAS, Jürgen (2014a). **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo: Unesp.
- HABERMAS, Jürgen (2007). **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, Jürgen (2002). “A luta por reconhecimento no Estado democrático de direito”. In: HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, p. 229-267.
- HABERMAS, Jürgen (1997). **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2 vol.

- HABERMAS, Jürgen (1984). **The Theory of Communicative Action**. Boston: Beacon Press, 2 vol.
- HONNETH, Axel (2017). Beyond the Law: A Response to William Scheuerman. **Constellations**, v. 24, n. 1, p. 126-132.
- HONNETH, Axel (2014). **El derecho de la libertad**. Esbozo de una eticidad democrática. Madrid: Katz Editores.
- HONNETH, Axel (2014a). Barbarizações do conflito social. Lutas por reconhecimento ao início do século 21. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 154-176.
- HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel (2011). Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã**. Crítica e Modernidade, São Paulo, n. 17, p. 81-112.
- HONNETH, Axel; VOIROL, Olivier (2011). A teoria crítica da escola de Frankfurt e a teoria do reconhecimento. Entrevista com Axel Honneth. **Cadernos de Filosofia Alemã**. Crítica e Modernidade, São Paulo, n. 18, p. 133-160.
- HONNETH, Axel (2010). **Das Ich im Wir**: Studien zur Anerkennungstheorie. Berlin: Suhrkamp.
- HONNETH, Axel (2009). **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34.
- HONNETH, Axel (2009a). A textura da justiça: sobre os limites do procedimentalismo contemporâneo. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 345-368.
- HONNETH, Axel (2007) “The Social Dynamics of Disrespect: on the location of critical theory today. *In*: **Disrespect**. The normative foundations of critical theory. Polity Press, p. 63-79.
- HONNETH, Axel (2007a). **Sufrimento de indeterminação**. São Paulo: Esfera Pública.
- HONNETH, Axel (1999). “Teoria Crítica”. *In*: GIDDENS, Antony.; TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria social hoje**. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Unesp.
- HONNETH, Axel (1991). **The critique of power**. Trad. Kenneth Baynes. Cambridge: MIT Press.
- HORKHEIMER, Max (2015). **Eclipse da razão**. São Paulo: Unesp.

- HORKHEIMER, Max (1999). A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisa sociais. **Praga – Estudos Marxistas**, São Paulo, Hucitec, n. 7, p. 121-132.
- HORKHEIMER, Max (1975). “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. In: **Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, p. 125-162.
- JAY, Martin (1989). **La imaginación dialéctica. Una historia de la Escuela de Frankfurt**. Madrid: Taurus.
- LIMA, Rafael Scavone (2008). **A Audiência Pública realizada na ADI 3510-0: a organização e o aproveitamento da primeira audiência pública da história do Supremo Tribunal Federal**. Monografia – Escola de formação, Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo.
- LUBENOW, Jorge (2012). **A categoria da esfera Pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica**. João Pessoa: Manufatura.
- LUBENOW, Jorge; NEVES, Raphael. (2008) “Entre promessas e desenganos: lutas sociais, esfera pública e direito”. In: NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (Org.). **Direito e democracia: um guia de leitura de Habermas**. São Paulo: Malheiros, p. 249-267.
- MARONA, Marjorie; ROCHA, Marta (2014). As audiências públicas do Supremo Tribunal Federal: ampliando sua legitimidade democrática? **Revista Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, n. 22.1, jan.-jun., p. 53-86.
- MCCARTHY, Thomas (1985). Complexity and Democracy or the seductions of systems theory. **New German Critique**, Duke University Press, n. 35, p. 27-53.
- MEDEIROS, Fabrício (2007). O Supremo Tribunal Federal e a primeira audiência pública de sua história. Revista Jurídica da Presidência. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 9, n. 84, p.41-48.
- MELO, Rúrion (2015). Repensando a esfera pública: esboço de uma teoria crítica da democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 94, p. 11-39.
- MELO, Rúrion (2014). Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 15, Brasília, p. 17-36.

- MELO, Rúrion. (Coord.) (2013). **A Teoria Crítica de Axel Honneth**: reconhecimento, liberdade e justiça. São Paulo: Saraiva.
- MELO Rúrion; WERLE, Denilson (2013a). “Reconhecimento e justiça na Teoria Crítica da sociedade em Axel Honneth”. In: NOBRE, Marcos. (Org.). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papirus, p. 183-198.
- MELO, Rúrion (2013b). **Marx e Habermas**. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. São Paulo: Saraiva.
- MELO, Rúrion; WERLE, Denilson (org.) (2007). **Democracia deliberativa**. São Paulo: Esfera pública.
- MOREIRA, Adilson José (2017). Direito, poder, ideologia: discurso jurídico como narrativa cultural. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 830-868.
- MOREIRA, Adilson José (2016). Miscigenando o círculo do poder: ações afirmativas, diversidade racial e sociedade democrática. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, v. 61, n. 2, p. 117-148.
- MUNANGA, Kabengele (2014). A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, NUPECS, Uberlândia, v. 4, n. 1.
- NOBRE, Marcos (2012). Teoria crítica: uma nova geração. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 93, p. 23-27.
- NOBRE, Marcos (2009). “Apresentação. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica”. In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, p. 7-19.
- NOBRE, Marcos (2008). “Introdução”. In: NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (Org.). **Direito e democracia**: um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros, p. 15-35.
- NOBRE, Marcos; RODRIGUEZ, José Rodrigo (2008). Judicialização da política: déficits explicativos e bloqueios normativistas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 82, p. 5-20.

- NOBRE, Marcos (2004). “Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução”. *In*: NOBRE, Marcos; COELHO, Vera (org.). **Participação e deliberação**. São Paulo: Editora 34.
- PETERS, Bernhard (1992). **Die Integration moderner Gesellschaften**. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- PÜSCHEL, Flávia; RODRIGUEZ, José Rodrigo; MACHADO, Marta (2011). La democratización del derecho. Los dilemas de la juridificación y el racismo en Brasil. *In*: LAVALLE, Adrian (coord.). **El horizonte de la política**. Brasil y la agenda contemporánea de investigación en el debate internacional. México: CIESAS, p. 341-374.
- REPA, Luiz (2013). “Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de Teoria Crítica”. *In*: NOBRE, Marcos (org.). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papirus, p. 161-182.
- REPA, Luiz; NOBRE, Marcos (2012). “Introdução. Reconstruindo Habermas: etapas e sentidos de um percurso”. *In*: REPA, Luiz; NOBRE, Marcos (Org.). **Habermas e a reconstrução**. São Paulo: Papirus, p. 13-42.
- REPA, Luiz (2008). “Direito e Teoria da Ação Comunicativa”. *In*: NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (Org.). **Direito e democracia**: um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros, p. 55-71.
- RODRIGUEZ, José Rodrigo (2013). **Como decidem as Cortes?** Para uma crítica do direito (brasileiro). São Paulo: Editora FGV.
- RODRIGUEZ, José Rodrigo (2013a). A desintegração do status quo: direito e lutas sociais **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 49-66.
- RODRIGUEZ, José Rodrigo (2006). **O direito liberal para além de si mesmo**. Franz Neumann, o direito e a teoria crítica. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.
- SCHEUERMANN, William (2017). Recent Frankfurt Critical Theory: Down on Law? **Constellations**, Volume 24, n. 1, p. 1-13.
- SILVA, Felipe (2013). “Habermas e ambiguidade do direito moderno”. *In*: RODRIGUEZ, José Rodrigo; SILVA, Felipe Gonçalves (Org.). **Manual de Sociologia Jurídica**. São Paulo, Saraiva, p. 134-153.

- SILVA, Felipe (2011). Entre potenciais e bloqueios comunicativos: Habermas e a crítica do Estado democrático de direito. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 307-330.
- SAAVEDRA, Giovani (2007). A Teoria Crítica de Axel Honneth. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Org.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, p. 95-112.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2011). **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003). Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 65.
- SOBOTTKA, Emil (2013). Liberdade, reconhecimento e emancipação – raízes da teoria da justiça de Axel Honneth. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 33, p. 142-168.
- VOIROL, Olivier (2012). Teoria crítica e pesquisa social: da dialética à reconstrução. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 93, p. 81-99.
- VOIROL, Olivier (2008). A esfera pública e as lutas por reconhecimento: de Habermas a Honneth. **Cadernos de filosofia alemã**. Crítica e Modernidade, São Paulo, n. 11, p. 33-56.
- TAYLOR, Charles (2000). “A política do reconhecimento”. In: **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, p. 241-274.
- TEIXEIRA, Mariana (2016). **Patologias sociais, sofrimento e resistência**: reconstrução da negatividade latente na teoria crítica de Axel Honneth. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.
- WARAT, Luis Alberto (2004). **Territórios Desconhecidos**: a procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade. Florianópolis: Fundação Boiteaux, vol. 1.
- WERLE, Denilson; MELO, Rúrion (2013). “Um déficit político do liberalismo hegeliano? Autonomia e reconhecimento em Honneth”. In: MELO, Rúrion. (Coord.). **A Teoria Crítica de Axel Honneth**: reconhecimento, liberdade e justiça. São Paulo: Saraiva, pp. 317-335.

- WERLE, Denilson (et. al.) (2011). Mas allá de la ineffectividade de la ley. Estado de derecho, esfera pública y antirracismo. *In*: LAVALLE, Adrian (coord.). **El horizonte de la política**. Brasil y la agenda contemporánea de investigación en el debate internacional. México: CIESAS, p. 295-340.
- WERLE, Denilson; MELO, Rúrion (2007). “Introdução: Teoria crítica, teorias da justiça e a ‘reatualização’ de Hegel”. *In*: HONNETH, A. **Sufrimento de indeterminação**. Tradução Denilson Werle e Rúrion Melo. São Paulo: Esfera Pública, p. 7-44.
- WOLKMER, Antônio Carlos (2001). **Pluralismo Jurídico**. Fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Alfa-ômega.